



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição Contínua de Ortopolifosfato de Sódio, para atender as demandas da GSP e GSPI, conforme especificações técnicas, quantidades estimadas e demais condições descritas neste instrumento.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. GSP:

2.1.1. A aquisição do Ortopolifosfato de Sódio tem por finalidade a remoção de ferro e dureza das águas dos poços artesianos oferecidos pela CAER na Capital e Interior, objetivando cumprir com os parâmetros de potabilidade definidos pela portaria de Consolidação nº 5 de 28 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde.

2.2. GSPI:

2.2.1. A presente aquisição se justifica pela necessidade de tratamento da água destinada ao consumo humano, tendo como principal finalidade a remoção de ferro e dureza das águas dos poços artesianos oferecidos pela CAER nas localidades do interior do estado de Roraima;

2.2.2. Destaca-se que o produto a ser fornecido não deverá conter substâncias em concentrações capazes de causar efeitos deletérios à saúde dos consumidores, nem tampouco alterar as características da água de forma que a torne imprópria para o consumo humano;

2.2.3. Todo o processo de tratamento deve obedecer rigorosamente aos padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde;

2.2.4. A continuidade no fornecimento do ortopolifosfato de sódio é fundamental para garantir a regularidade no serviço de abastecimento de água tratada, prevenindo riscos sanitários e assegurando o atendimento à legislação vigente.

3. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO DAS ME/EPP:

3.1. Sugerimos a **não** aplicabilidade da cota de até 25% (vinte e cinco por cento) nas aquisições de bens de natureza divisível, do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, previsto no art. 101, III do Regulamento Interno de Licitações e



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

Contratos desta Companhia e em conformidade com a Lei Complementar N. 123/2006, art. 48, III. Pelas razões a serem discutidas:

3.1.1. Apesar da contratação em licitação se tratar de objeto de natureza divisível, a aplicabilidade de cota reservada, em até 25% (vinte e cinco por cento) para microempresas ou empresas de pequeno porte torna-se inviável, por estar dentro das razões previstas quanto à exceção da aplicação do art. 101, III do RILC/CAER, tendo em vista a previsão no art. 102 do mesmo instrumento, vejamos:

Art. 102 – Não se aplicam os benefícios previstos nos incisos do art. 101 deste RILC, quando:

I - Não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte **sediados local ou regionalmente** e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

(...) **(Grifo meu)**

3.1.2. Com base nas empresas e propostas apresentadas no momento anterior à elaboração deste Termo de Referência, a cotação de preços, elaborada por setor competente (Divisão de Compras), nenhuma das empresas utilizadas como parâmetro para cotação se encaixa nos requisitos previstos na legislação, tal seja, ser uma microempresa ou empresa de pequeno porte **sediada local ou regionalmente**, sendo assim, tornaria prejudicada e frustrada a competitividade no processo licitatório e tornaria desvantajosa para a Companhia e a administração pública a aplicação do benefício.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO CARACTERÍSTICAS FÍSICO – QUÍMICAS	UND	QTD
1	P2O5: min. 60% PO4 (reativos): 19 a 23 % Sódio: 22 a-25 % Arsênio < 3,0 ppm Fluoretos < 10 ppm Chumbo < 2 ppm Metais Pesados < 10 ppm Estado Físico: Sólido (Pó) Cor: Branca Odor: Inodoro O produto deverá ser entregue em sacos plásticos de 25 kg.	KG	2.500

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

5.1.1. Declaração atestando que a empresa entregará na assinatura do contrato, o **Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde (LARS)**, acompanhado de seus anexos, em conformidade com os critérios estabelecidos pela NBR 15784/2014;

5.1.2. Comprovação de Baixo Risco a Saúde – CBRS, pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, nos moldes da NBR 15784/2014;

5.1.3. Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa de direito público ou privado, atestando que o licitante já forneceu o produto, objeto da licitação.

5.2. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

5.2.1. É de obrigatoriedade constar na proposta comercial do fornecedor:

5.2.1.1. Catálogo contendo as informações do produto;

5.2.1.2. Ficha de Dados de Segurança (FDS), nos moldes da NBR 14725/2023.

5.3. TRANSIÇÃO CONTRATUAL:

5.3.1. Do objeto em estudo não foi constatada a necessidade de a contratada promover transição contratual, haja vista não ser necessário o repasse/compartilhamento de conhecimento/informações/estrutura específicos peculiares ao objeto.

5.4. VIGÊNCIA CONTRATUAL:

5.4.1. A duração inicial do contrato deverá ser de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado pelo período de até 60 (sessenta) meses contado da assinatura do instrumento contratual, conforme previsto no Art. 200 – RILC – Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia de Águas e Esgoto de Roraima – CAER;

5.4.2. Assim, a demandante solicitará a manifestação da contratada caso tenha interesse ou desinteresse à devida renovação do contrato expressamente no prazo de até 6 meses antes da extinção da vigência do contrato.

5.5. SOLUÇÕES DE MERCADO:

Ortopolifosfato de Sódio

5.5.1. Esta Gerência entende que o Ortopolifosfato de Sódio se trata de material único no mercado, que por finalidade de remoção de ferro e dureza das águas dos poços artesianos oferecidos pela CAER, bem como pela eficiência no tratamento de água, com o bom custo-benefício, conclui-se que o produto de Ortopolifosfato de Sódio melhor atende as necessidades desta Companhia.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

6.1. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

6.1.1. A gestão e fiscalização do contrato dar-se-á em conformidade ao Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos desta Companhia, por gestor e fiscal, nomeados através de portaria pela autoridade competente pela contratação.

6.2. PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO:

6.2.1. A fim de estabelecer comunicação a respeito das necessidades da Companhia e execução do contrato, a contratada, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta desta Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

6.3. RECEBIMENTO DOS PRODUTOS:

6.4. O recebimento provisório dos materiais se dará nas datas da entrega dos mesmos, ou seja, dentro do prazo estabelecido no subitem 11.2, contados para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos, com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora;

6.5. O recebimento definitivo dos produtos será finalizado em até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório mencionado no subitem anterior, após a aferição de qualidade, especificações e quantidades e consequente aceitação;

6.6. Não serão aceitos na entrega dos produtos que os mesmos sejam de marcas diferentes daquela constante na proposta vencedora. Caso os produtos sejam entregues em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência, serão os mesmos imediatamente devolvidos, obrigando-se a contratada a substituí-los no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação a contratada;

6.6.1. Caso o prazo definido no subitem anterior não seja observado, os produtos não deverão ser considerados como entregues, sendo aplicadas às penalidades previstas no Termo de Referência;

6.7. Os produtos deverão estar acondicionados adequadamente, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte;



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

6.8. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, todos os custos e trabalhos inerentes ao transporte e desembarque – logística em geral, envolvendo a entrega dos produtos, até que esteja descarregado no Almoxarifado desta Companhia e tenha seu devido recebimento efetivado;

6.9. A carga deverá ser fornecida lacrada, sendo que no recebimento será verificado se não há sinais de violação.

6.10. PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS:

6.10.1. A contratada tem o dever de manter todas as condições contratuais estabelecidas na assinatura do contrato, durante todo o período de execução contratual;

6.10.2. Para verificação, ao encaminhar as notas fiscais ou faturas, a contratada deverá entregar, para conferência do fiscal do processo, os mesmos documentos entregues no momento da qualificação e habilitação;

6.10.3. Após análise, o fiscal do contrato atestará se há o cumprimento integral de todas as exigências contratuais;

6.10.3.1. Caso seja constatada alguma irregularidade, o fiscal do contrato deverá notificar a contratada para que providencie a imediata regularização ou substituição do documento, nos termos do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, ambos desta Companhia.

6.11. SANÇÕES:

6.11.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

6.11.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

6.11.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

6.11.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

6.11.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

6.11.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

6.11.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – nas licitações em geral:

a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

b) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

c) por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.

d) no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

e) no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

f) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

6.11.8. Ocorrendo infração contratual apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

6.11.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

6.11.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

6.11.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

6.11.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

6.11.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.11.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

6.11.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

6.11.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

6.11.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

6.11.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

6.11.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

6.11.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

6.12. JUSTIFICATIVA DA GLOSA:

6.12.1. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando o contratado:

I – não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

II – deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou

III – deixar de atender disposições legais ou contratuais que promovam prejuízos à CAER ou a terceiros e cuja responsabilidade pelo pagamento possa ser atribuída à CAER.

6.13. EXTINÇÃO DO CONTRATO:

6.13.1. As formas extintivas do contrato - com as devidas condições, estão previstas nos arts. 247 a 249 do RILC/CAER.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

7.2. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada;

7.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do produto;



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

7.4. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8. DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Como forma de seleção do fornecedor, sugerimos a adoção do **RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO**, nos termos do art. 89, I, §1º do RILC/CAER, por se tratar de produtos comuns.

9. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A proposta será julgada com base no MENOR VALOR POR ITEM.

10. DO VALOR ESTIMADO

10.1. O valor estimado para esta aquisição será sigiloso, conforme art. 59 c/c art. 89, §2º, ambos do RILC/CAER.

11. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

11.1. Os materiais deverão ser entregues no almoxarifado da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, sito à Rua: Deputado Federal Chagas Duarte, nº 219, Bairro São Pedro, nesta cidade de Boa Vista/RR, CEP: 69.306-490, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente da CAER, das 7h30min às 13h30min, exceto feriados, ou, excepcionalmente, em outros dias e horário;

11.2. A contratada deverá efetuar a entrega dos materiais no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato;

11.3. Em caso de imprevistos que venham a impossibilitar a entrega do material dentro do prazo estipulado pela contratante, a contratada poderá solicitar, justificadamente, em tempo hábil, a prorrogação do prazo inicial;

11.3.1. A solicitação que trata o item 11.3. deverá ocorrer dentro do prazo inicial;

11.3.2. Caso a solicitação de prorrogação de prazo seja feita intempestivamente, ou sem a devida justificativa, a mesma será indeferida.

12. DA GARANTIA DO PRODUTO

12.1. O produto deverá vir acompanhado do certificado de garantia pelo fabricante de no mínimo 6 (seis) meses;

12.2. Caso o produto ou os equipamentos apresentarem defeitos, a empresa contratada deverá substituí-lo no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da notificação, sem quaisquer ônus a contratante.



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

13. DA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas correrão por conta dos recursos próprios da CAER, pela unidade orçamentária, programa orçamentário, elemento de despesa e fonte: 43010.17122010.001.048/2077/001 devidamente atestados.

14. DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenadoria de Termos de Referência e Projetos Básicos – CTRPB, com base no Estudo Técnico Preliminar nº 27/2025 e Memorando nº 298/2025, ambos elaborados pela Gerência Administrativa - GEA, no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando de acordo as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de exame e concordância da Gerência Administrativa - GEA e aprovação da Diretoria Administrativa e Financeira – DAF, para ser integrado ao processo administrativo. Os casos omissos ou dúvidas que surgirem serão resolvidos pela Gerência Administrativa - GEA.

Boa Vista – RR, 26 de março de 2026.

ELABORADO POR:

ANANDA LETÍCYA PINHO LIMA LOPES

Coordenadora de Termos de Referência e Projetos Básicos - CTRPB

CONCORDO:

MARCELLO BRASIL TEIXEIRA

Gerente do Sistema de Produção - GSP

NADSON DUARTE MONTEIRO DE MONTEIRO

Gerente dos Sistemas de Produção do Interior - GSPI

AZILMAR PARAGUASSÚ CHAVES

Gerente Administrativo Substituto - GEA



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER
Superintendência de Licitação e Contratos
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

APROVO NOS TERMOS DO RILC/CAER:

MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro - DAF